

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.656 - SP (2019/0234295-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO - SP291264
RECORRIDO : CONCAVO E CONVEXO EMPRESA DE TURISMO
LTDA
ADVOGADOS : EDIS MILARE - SP129895
LUCAS TAMER MILARÉ - SP229980
JULIANA FLÁVIA MATTEI - SP321767
RANIELLE FERREIRA DA COSTA - SP386028

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 467/468e):

RECURSO DE APELAÇÃO EM AÇÃO ORDINÁRIA. MEIO AMBIENTE MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. ADMINISTRATIVO. MULTA. 1. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DADO À CAUSA. O Valor dado à causa corresponde efetivamente ao valor do proveito econômico almejado, na medida em que encerra a atualização do valor da multa ambiental lavrada. 2. CORTE DE EXEMPLARES ARBÓREOS E PODA SEM CRITÉRIO TÉCNICO E AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE Auto de infração nº 045246 que autuou particular por ter realizado poda sem critério técnico em 17 exemplares arbóreos da espécie bambu-areca e supressão em um exemplar arbóreo. Natureza ornamental e localização no interior de propriedade privada que não afastam a caracterização de conduta lesiva ao meio ambiente. Dano ambiental caracterizado. **3. DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO AMBIENTAL E COM INAÇÃO DA MULTA.** O Auto de Infração nº 045246 e o Auto de Multa nº 67-005.529-8 descrevem suficientemente a infração ambiental cometida, consistente na poda sem critério técnico de 17 exemplares arbóreos e supressão em outro exemplar. Ainda que incabível a tipificação da multa, com base no art. 72, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08, porquanto ausente hipótese de subsunção da infração contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, o autuado se defende dos fatos e não da descrição legal, sendo observado o regular exercício do contraditório e da ampla defesa. Hipótese de redução de multa nos termos do art. 56 do Decreto Federal nº 6.514/08 aplicável à infração ambiental. **4. Sentença de improcedência parcialmente reformada. Recurso parcialmente provido.**

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 548/553e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Arts. 489, § 1º, IV e VI, e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil – o acórdão padece de omissão porquanto “não houve pronunciamento do Tribunal acerca de todo o arcabouço normativo que dá amparo à motivação do Auto de Infração e do Auto de Multa, que incumbia à Colenda Câmara ter levado em conta”, bem como quanto aos “fundamentos expressamente trazidos pelo Município para a não-aplicação do art. 56 do Decreto nº 6.514/08, a saber, a inaptidão de sua penalidade, porque módica, à prevenção geral e especial de condutas tais a da Apelante”, e, ainda, sobre o afastamento de precedente invocado nas contrarrazões de apelação (fl. 492e); e
- II. Art. 70 da Lei n. 9.605/1998, e arts. 56 e 72, I, do Decreto n. 6.514/2008 – resta tipificada a infração ambiental, tendo sido aplicada a multa de forma proporcional.

Com contrarrazões (fls. 556/581e), o recurso foi inadmitido (fls. 590/591e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em Recurso Especial (fl. 631e).

O Ministério Público Federal se manifestou às fls. 638/644e, opinando pelo conhecimento parcial do recurso, e, na parte conhecida, pelo seu desprovimento.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III e IV, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a* e *b*, e 255, I e II, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, respectivamente, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado

Superior Tribunal de Justiça

especificamente os fundamentos da decisão recorrida, bem como a negar provimento a recurso ou a pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

O Recorrente sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido, não sanada no julgamento dos embargos de declaração, porquanto “não houve pronunciamento do Tribunal acerca de todo o arcabouço normativo que dá amparo à motivação do Auto de Infração e do Auto de Multa, que incumbia à Colenda Câmara ter levado em conta”, bem como quanto aos “fundamentos expressamente trazidos pelo Município para a não-aplicação do art. 56 do Decreto nº 6.514/08, a saber, a inaptidão de sua penalidade, porque módica, à prevenção geral e especial de condutas tais a da Apelante”, e, ainda, sobre o afastamento de precedente invocado nas contrarrazões de apelação (fl. 492e).

Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia nos seguintes termos (fls. 470/471e):

Quanto à regularidade do auto de infração, não há que se falar em nulidade da cominação da multa lavrada com base no art. 72, inciso I, do Decreto Federal nº 6.514/08,

Todavia, ausente hipótese de subsunção da infração poda inadequada em exemplar arbóreo ao tipo previsto no, art. 72, inciso I, do Decreto Federal nº 6.514/08, a determinar a cominação da multa na quantia de R\$ 10.000,00 por cada exemplar arbóreo.

Aliás, cumpre aqui observar que a cominação imposta não guarda relação com o dano à flora, bem como inexistente nos autos qualquer comprovação de que o exemplar arbóreo em questão tenha sido erigido à condição de patrimônio público do Município de forma específica.

Por outro lado, forçoso reconhecer que o autuado se defende da descrição dos fatos e, no caso concreto, os fatos foram devidamente descritos, "supressão de exemplar arbóreo e poda sem critério técnico em dezessete exemplares arbóreos no interior de imóvel" a determinar a regularidade do auto de infração.

Superior Tribunal de Justiça

Isso porque, a particular se defendeu daquilo que estava descrito no auto de infração, pode, sem nenhuma dúvida, exercer todos os direitos constitucionais a ele garantidos, notadamente o contraditório e a ampla defesa.

Desta forma, de rigor o reconhecimento da validade do Auto de Infração nº 045246, em razão da regular descrição da infração ambiental.

Deste modo, no tocante à cominação da multa, de rigor observar que a hipótese guarda correlação com o tipo previsto no art. 56 do Decreto Federal nº 6.514/08, inexistindo qualquer irregularidade na sua aplicação, uma vez determinada pelo Decreto Municipal nº 42.833/03.

No caso, **não verifico omissão acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.**

Consoante o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: *i)* esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; *ii)* suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e, *iii)* corrigir erro material.

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil considera, ainda, omissa, a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas em seu art. 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: *i)* se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; *ii)* emprega conceitos jurídicos indeterminados; *iii)* invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; *iv)* não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; *v)* invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e, *vi)* deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015 impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado.

Esposando tal entendimento, o precedente da Primeira Seção desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas.

4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decisum.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI – DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

E depreende-se da leitura do acórdão integrativo que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável ao caso.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a rejeição dos embargos declaratórios uma vez ausentes os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (v.g. Corte Especial, EDcl no AgRg nos EREsp 1.431.157/PB, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 29.06.2016; 1ª Turma, EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.104.181/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 29.06.2016; e 2ª Turma, EDcl nos EDcl no REsp 1.334.203/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 24.06.2016).

Além disso, no que se refere à apontada violação ao art. 70 da Lei n.

Superior Tribunal de Justiça

9.605/1998, verifico que a insurgência carece de prequestionamento, uma vez que não foi analisada pelo tribunal de origem.

Com efeito, o requisito do prequestionamento pressupõe prévio debate da questão pelo tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos dispositivos legais apontados como violados.

No caso, malgrado a oposição de embargos declaratórios, o tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, a aplicação do suscitado dispositivo.

Desse modo, não tendo sido apreciada tal questão pelo tribunal *a quo*, a despeito da oposição de embargos de declaração, aplicável, à espécie, o teor da Súmula n. 211/STJ, *in verbis*: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*", consoante espelham os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284 DO STF, POR ANALOGIA. BENS PÚBLICOS. TERRENO DE MARINHA. ILEGALIDADE DO PROCEDIMENTO DEMARCATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211 DESTA CORTE SUPERIOR. REGISTRO IMOBILIÁRIO. CARACTERIZAÇÃO DO BEM COMO TERRENO DE MARINHA. MANDADO DE SEGURANÇA. VIA ADEQUADA. QUESTÃO MERAMENTE DE DIREITO. OPOSSIBILIDADE EM FACE DA UNIÃO. CARACTERIZAÇÃO DO BEM COMO PROPRIEDADE PARTICULAR. IMPOSSIBILIDADE. PROPRIEDADE PÚBLICA CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADA (CR/88, ART. 20, INC. VII).

(...)

2. A controvérsia acerca da ilegalidade do procedimento demarcatório na espécie, pela desobediência do rito específico previsto no Decreto-lei n. 9.760/46 - vale dizer: ausência de notificação pessoal dos recorrentes - não foi objeto de análise pela instância ordinária, mesmo após a oposição de embargos de declaração, razão pela qual aplica-se, no ponto, a Súmula n. 211 desta Corte Superior.

(...)

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido. Julgamento submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e à Resolução n. 8/2008.

(REsp 1.183.546/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/09/2010, DJe 29/09/2010 – destaques meus).

Superior Tribunal de Justiça

Por outro lado, o tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou que, enquadrada a conduta na tipificação legal, apesar de válido o auto de infração objeto da presente controvérsia, restou desproporcional a multa aplicada, observada a extensão dos danos e a recuperação da espécie arbórea, nos seguintes termos (fls. 471/472e):

Por outro lado, forçoso reconhecer que o autuado se defende da descrição dos fatos e, no caso concreto, os fatos foram devidamente descritos, "supressão de exemplar arbóreo e poda sem critério técnico em dezessete exemplares arbóreos no interior de imóvel" a determinar a regularidade do auto de infração.

Isso porque, a particular se defendeu daquilo que estava descrito no auto de infração, pode, sem nenhuma dúvida, exercer todos os direitos constitucionais a ele garantidos, notadamente o contraditório e a ampla defesa.

Desta forma, de rigor o reconhecimento da validade do Auto de Infração nº 045246, em razão da regular descrição da infração ambiental.

Deste modo, no tocante à cominação da multa, de rigor observar que a hipótese guarda correlação com o tipo previsto no art. 56 do Decreto Federal nº 6.514/08, inexistindo qualquer irregularidade na sua aplicação, uma vez determinada pelo Decreto Municipal nº 42.833/03.

Assim, reconhecido o correto enquadramento da infração ambiental nos termos do art. 56 do Decreto Federal nº 6.514/08 a quantificação da multa pela Administração Pública Municipal deve ser reduzida ao limite máximo compreendido no tipo, de forma a não superar o valor determinado de R\$ 18.000,00 (dezoito Mil Reais), observando-se a extensão dos danos e a recuperação da espécie arbórea.

Por tais razões, impõe-se a parcial reforma r. sentença, para reconhecer a regularidade do Auto de Infração nº 045246 e do Auto de Multa nº 67-005.529-8, limitando-se à pena cominada ao tipo previsto no art. 56 do Decreto Federal nº 6.514/08 (destaque meu).

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. MULTA AMBIENTAL. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. REVISÃO DO VALOR DA MULTA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.

IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. No caso, o Tribunal de origem, com base no acervo probatório dos autos, concluiu pela correta motivação da multa administrativa imposta pelo Município, bem como pela proporcionalidade e razoabilidade da sanção aplicada. Assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte local ensejaria o reexame de matéria fática, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1177216/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/09/2019, DJe 18/09/2019).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MULTA AMBIENTAL. PAVIMENTAÇÃO. ARGUMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL DE VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE APONTAMENTO ESPECÍFICO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. REVISÃO DO VALOR DA MULTA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

1. A via do Recurso Especial, destinada à uniformização da interpretação da legislação infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos da Constituição da República, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

2. A alegação de ofensa genérica, sem a particularização dos dispositivos legais tidos como vulnerados, implica deficiência de fundamentação, fazendo incidir a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

3. Ademais, o exame da gradação da multa administrativa somente seria possível se o montante fosse flagrantemente exorbitante ou insignificante, o que não é o caso dos autos. Assim, o reexame da indenização esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1697152/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 23/11/2018, destaque meu).

Por fim, no que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos Enunciados Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou

Superior Tribunal de Justiça

modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais, deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10 do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO 2.063 AgR/CE, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Assim, tratando-se de recurso sujeito ao Código de Processo Civil de 2015 e configurada a hipótese de improvimento do recurso, de rigor a fixação de honorários recursais em desfavor da Recorrente, majorando em 10% (dez por cento) o valor arbitrado pelas instâncias ordinárias, a teor do art. 85, § 3º, I a V, § 4º, II, e § 11, do *codex*, observados os percentuais mínimos/máximos de acordo com o montante a ser apurado em liquidação.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III e IV, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a* e *b*, e 255, I e II, do RISTJ, **CONHEÇO EM PARTE** do Recurso Especial, e, nessa extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

